

Resenha do artigo intitulado “Metodologia para mapeamento dos requisitos listados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil número 13.709/18) e sua adequação perante a lei em uma instituição financeira – Um estudo de caso”¹

Review of the article entitled “Methodology for mapping the requirements listed in the LGPD (Brazilian General Data Protection Law number 13,709/18) and its adequacy before the law in a financial institution – A case study”

 ARK: 44123/multi.v6i11.1520

Recebido: 07/07/2024 | Aceito: 18/03/2025 | Publicado on-line: 20/06/2025

Nathanael Humberto Camargo da Conceição²

 <https://orcid.org/0009-0001-6299-3330>

 <https://lattes.cnpq.br/3329473998944015>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: nathanael_humberto@hotmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Metodologia para mapeamento dos requisitos listados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil número 13.709/18) e sua adequação perante a lei em uma instituição financeira - Um estudo de caso”. Este artigo é de autoria de: Tiago Celidonio; Paulo Sergio Neves; Claudio Melim Doná. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Brazilian Journals of Business”, no Vol. 2, edição n. 4, out.-dez., 2020.

Palavras-chave: Metodologia. Mapeamento. Adequação. SGPI. LGPD.

Abstract

This is a review of the article entitled “Methodology for mapping and adequacy of the requirements listed in LGPD (Brazil Data Protection General Law number 13 709/18) in a financial institution - A case study”. This article is authored by: Tiago Celidonio; Paulo Sergio Neves; Claudio Melim Doná. The article reviewed here was published in the periodical “Brazilian Journals of Business”, in Vol. 2, edition n. 4, Oct.-Dec., 2020.

Keywords: Methodology, Mapping, Adequacy, SGPI, LGPD.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta resenha foi elaborada com base no artigo intitulado “Metodologia para mapeamento dos requisitos listados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil número 13.709/18) e sua adequação perante a lei em uma instituição financeira - Um estudo de caso”. Este artigo possui autoria de: Tiago Celidonio; Paulo Sergio Neves; e Claudio Melim Doná. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Brazilian Journals of Business”, no Vol. 2, edição n. 4, out.-dez., 2020.

Quanto aos autores do artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada um dos autores.

Este artigo possui como primeiro autor o Sr. Tiago Celidonio. Pós-Graduado(a) em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação pela Faculdade Batista de Minas Gerais – FBMG.

Como segundo autor temos o Sr. Paulo Sergio Neves. Pós-Graduado em Gerenciamento de Processos de Negócio - UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

E como terceiro autor o Sr. Claudio Melim Doná. Mestre em Gestão e Sistemas Produtivos pela Instituição: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Link do currículo lattes <<http://lattes.cnpq.br/3042876273851116>>.

Este foi dividido conforme os capítulos a seguir: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, Procedimentos metodológicos, Instrumento de coleta de dados proposto, Fundamentação teórica, Direitos dos titulares dos dados, Consentimento e bases legais, Autoridade nacional de proteção de dados, Encarregado de dados, Penalidades previstas na lei, Aspectos gerais, Resultados e discussão, Considerações finais, Agradecimento e Referências.

Como proposto aduz-se que empresas brasileiras enfrentam obstáculos na implementação da Lei n.º 13.709/2018 (BRASIL, 2018). Assim, por meio do resultado de pesquisa em uma empresa do seguimento econômico-financeiro, foram desenhadas orientações necessárias para que ela estivesse em conformidade com os ditames da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Temos como o presente tema dessa resenha o artigo “Metodologia para mapeamento dos requisitos listados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil número 13.709/18) e sua adequação perante a lei em uma instituição financeira - Um estudo de caso”. O seguinte problema foi abordado: “Como criar uma estrutura organizacional capaz acelerar adequação às mudanças impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018)”. A hipótese a seguir foi o cerne do presente artigo: “Estruturar uma maneira de aplicação a conformidade com a Lei Brasileira de Proteção dos Dados Pessoais”.

O artigo possui como objetivo geral “Realizar o levantamento dos requisitos listados na Lei n.º 13.709/2018 (BRASIL, 2018) na empresa do ramo financeiro, por meio de uma técnica própria elencada no artigo, e com base nesse levantamento, recomendar as ações que se fizerem apropriadas para a adequação dessa empresa à Lei”.

A seguinte justificativa foi tema da pesquisa: “Desenvolver uma metodologia que opere como um guia para que os encarregados de dados das empresas possam colocá-las em *compliance* com a lei de proteção de dados brasileira”.

Os métodos a seguir foram utilizados para construção da pesquisa deste artigo: consulta a bibliografias sobre o assunto em *sites* inerentes a área, revistas, artigos, livros, eventos no Brasil e fora, pesquisa prática e análise de um caso prático, realizado em uma empresa multinacional do segmento financeiro denominada neste artigo como “Empresa Ômega”.

Relevantemente, os autores apresentam um sistema de privacidade elaborado pela empresa objeto da pesquisa, em consonância com os ditames das regulamentações que versam sobre a proteção dos dados pessoas naturais e a segurança da informação, fazendo um cruzamento de requisitos destes dispositivos para validar o nível de maturidade sobre proteção e privacidade de dados da empresa.

Em um segundo momento, restou demonstrado que a metodologia pode ser escalonada para diferentes tipos e tamanhos de organizações, bem como trouxe uma estrutura de implementação em 3 fases, contemplando na fase 1 o momento de diagnóstico, na fase 2 a adequação, e na fase 3 a validação da conformidade.

Apresentam a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), que unifica e simplifica a maneira como os cidadãos enxergam o tratamento de seus dados, uma vez que mais de 40 leis, antes da presente, abordavam de maneira generalizada o tema. Centralizando o tema, a lei elaborou nove direitos da pessoa sobre seus dados pessoais, e trouxe dez tópicos relacionados com a possibilidade de manter curadoria sobre os dados de pessoal física.

Demonstram que a lei também institui a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsável pela fiscalização, elaboração de resoluções, e estruturação de Resoluções e Normativos. Bem como cria a necessidade de as empresas contratarem um Encarregado de Proteção de dados como elo de comunicação entre a Empresa, as pessoas físicas de direito e a ANPD.

Mais adiante destacam outro ponto importante: as penalidades aplicáveis ao descumprimento, que podem resultar em pecúnia e até em cessação do tratamento, sanções de cunho administrativo, criminal e civil.

Conforme o SERPRO (2020) a Lei n.º 13.709/2018 (BRASIL, 2018) deve ser cumprida por todos que tratam dados de pessoas do Brasil, ou mesmo de estrangeiros que se encontrem em território pátrio.

De maneira brilhante, o autor trouxe um estudo do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que mapeou os países em *compliance* com a lei e o seu nível de atendimento aos requisitos da lei.

Os resultados da pesquisa de estudo de caso, realizada de maneira excepcional pelos autores, demonstram o impacto da lei sob empresas, bem como destacam os empecilhos por estas enfrentados que, agora em vigência, é uma ida sem volta, portanto, todos deverão se adequar. Destacam o caso ocorrido em 2016, em que a Cambridge Analytica usou dados de maneira indevida para obter vantagem para políticos nas eleições americanas.

O desbravador estudo realizado pelos autores, demonstra que a metodologia do sistema de privacidade empregado na adequação dos requisitos da Lei n.º 13.709/2018 (BRASIL, 2018) com a norma de segurança ISO/IEC 27001, tem a capacidade de promover o pleno atendimento destas normas. O estudo da empresa em questão demonstrou plenitude de atendimento de 117 requisitos, parcialidade de atendimento em 67 requisitos e inconformidade com a lei em 141 requisitos, totalizando um monitoramento de 325 itens, bem como demonstra os indicadores destas análises e de controles de segurança. O resultado destes pontos monitoradores concretizou um plano de ação e um cronograma que permitirá o atendimento em 100%, caso executados os requisitos de *compliance*.

Referências

BRASIL. **Lei n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CELIDONIO, Tiago; NEVES, Paulo Sergio; DONÁ, Claudio Melim. Metodologia para mapeamento dos requisitos listados na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil número 13.709/18) e sua adequação perante a lei em uma instituição financeira - Um estudo de caso. **Brazilian Journals of Business**. Vol. 2, n. 4, out.-dez., 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/18382>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

SERPRO. **Glossário LGPD, 2020**.

Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/a-lgpd/glossario-lgpd>. Acesso em: 14 de mar. de 2024.